

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**  
**VIII CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

Instruções:

- Verifique, com muita atenção, este Caderno de QUESTÕES que deve conter 20 (vinte) questões objetivas e 02 (duas) questões discursivas. Constatando qualquer anormalidade (impressão defeituosa, página sem impressão), solicite imediatamente a substituição do caderno.
- Todos os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e guardados juntamente com o candidato.
- Esta prova tem duração de 3 horas, que deverão ser utilizadas para a realização da prova objetiva, discursiva e, inclusive, para a marcação do cartão de respostas;
- É absolutamente vedada a consulta a doutrina, legislação ou jurisprudência;
- Os candidatos deverão preencher a folha de resposta com nome, R.G. e assinatura; - As alternativas escolhidas deverão ser assinaladas à caneta na folha de respostas. Não serão permitidas rasuras;
- Os candidatos poderão levar as folhas de prova ao final;
- A folha de respostas e prova dissertativa deverão ser entregues ao final, para correção;
- Qualquer conduta ilícita ou em desacordo com as normas deste certame implicará a eliminação do candidato;
- A prova e o gabarito oficial serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes no dia 20 de setembro de 2023, assim como o espelho de correção da dissertação;
- O resultado final e a classificação serão publicados no site da Prefeitura.

BOA SORTE!



### Questões de Direito Constitucional

1. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, é **incorreto** afirmar:

- a) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
- b) é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, exceto nos meios digitais;
- c) não haverá júízo ou tribunal de exceção;
- d) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

2. De acordo com a Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, proporcionalidade, moralidade, celeridade e eficiência;
- b) somente por decreto específico poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública;
- c) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;
- d) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e não abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

3. A fim de assegurar os direitos relativos à saúde, **não** estabelece a Constituição Federal:

- a) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada;
- b) Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;
- c) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede centralizada e constituem um sistema único;
- d) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

### Questões de Direito Administrativo

4. Sobre bens públicos, é **correto** afirmar:

- a) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar;
- b) São bens públicos os dominicais, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;
- c) São bens públicos os de uso comum do povo, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades;
- d) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

5. Assinale a alternativa **incorreta**, sobre súmulas vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal:



- a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição;
- b) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo;
- c) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido;
- d) O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.

6. De acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021 (estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas), assinale a alternativa **correta**:

- a) O processo licitatório não tem por objetivo assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- b) Todos os atos praticados no processo licitatório são sigilosos;
- c) O processo licitatório tem por objetivo incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;
- d) Poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

7. Quanto aos servidores públicos, é **incorreto** afirmar:

- a) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;

- b) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- c) Como condição para a aquisição da estabilidade, é facultativa a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade;
- d) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

### **Questões objetivas – Processo Civil**

8. Conforme sabido, por defender interesse público em juízo, a Fazenda Pública goza de certas prerrogativas processuais. Diante disso, segundo o que estabelece o Código de Processo Civil:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para as manifestações processuais.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para as manifestações processuais.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para oferecer contestação, mas prazo simples para quaisquer outras manifestações processuais.
- d) Apenas a União gozará de prazo em dobro para as manifestações processuais, sendo que os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas



respectivas autarquias e fundações de direito público gozação apenas de prazo simples para tais manifestações processuais.

9. O Código de Processo Civil, no que se refere à contagem de prazos processuais estabelecidos em dias, prevê que:

- a) Para seu cômputo, deve-se considerar os dias corridos, úteis ou não.
- b) Para seu cômputo, deve-se considerar os dias úteis, sábados e domingos, desconsiderando-se os feriados nacionais.
- c) Para seu cômputo, deve-se considerar somente os dias úteis.
- d) Para seu cômputo, deve-se considerar apenas os feriados e datas comemorativas.

10. Ao disciplinar o Cumprimento de Sentença de Obrigação de Quantia Certa em face da Fazenda Pública, o Código de Processo Civil estabelece que:

- a) O prazo para a Fazenda Pública ofertar Impugnação à Execução é de 15 dias.
- b) O prazo para a Fazenda Pública ofertar Impugnação à Execução é de 20 dias.
- c) O prazo para a Fazenda Pública ofertar Impugnação à Execução é de 25 dias.
- d) O prazo para a Fazenda Pública ofertar Impugnação à Execução é de 30 dias,

11. O Código de Processo Civil, tratando da matéria “Recursos”, prevê que da sentença cabe:

- a) Agravo de Instrumento.
- b) Apelação.
- c) Agravo Interno.

d) Tão somente Embargos de Declaração, nada mais.

12. No que pertine ao prazo para interposição de recurso, o CPC estabelece que:

- a) O prazo para oposição de Embargos de Declaração, e para interposição dos outros recursos é de 15 dias.
- b) O prazo para oposição de Embargos de Declaração, e para interposição dos outros recursos é de 15 dias, mas para responder-lhes apenas de 10 dias.
- c) O prazo para oposição de Embargos de Declaração é de 5 dias, e para interposição dos outros recursos é de 15 dias.
- d) O prazo para oposição de Embargos de Declaração é de 30 dias.

13. A Lei do Mandado de Segurança (Lei n. 12.016-2009) estabelece que:

- a) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, mesmo que amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- c) Não conceder-se-á mandado de segurança em nenhuma hipótese, pois os



atos da Administração Pública gozam de presunção absoluta de legitimidade.

d) Não conceder-se-á mandado de segurança em nenhuma hipótese, pois os atos da Administração Pública gozam de presunção relativa de legitimidade.

### Questões de Direito Civil

14. Sobre o tema Domicílio assinale a alternativa **incorreta**:

a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

b) Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

c) É também residência ou domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida. Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, o primeiro deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

d) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

15. Sobre a responsabilidade civil do estado assinale a alternativa **correta**.

a) Responsabilidade civil é objetiva.

b) A responsabilidade civil é subjetiva

c) a responsabilidade civil é mista.

d) Responsabilidade civil depende da comprovação da culpa do agente público

16. Referente ao estatuto da criança e do adolescente assinale alternativa **incorreta**.

a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até quatorze anos de idade completos, e adolescente

aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.

b) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

c) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

d) Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

### Questões objetivas – Direito Tributária

17. A Constituição Federal, ao tratar de Tributação, prevê espécies distintas de Imunidade Tributárias, estando, dentre essas, a denominada “Imunidade Tributária Recíproca”, esculpida no seu artigo 150, VI, “a”. E, segundo tal dispositivo constitucional:

a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos e taxas sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.



c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre qualquer bem ou serviço.

d) É permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

18. Segundo nossa Carta Magna, compete aos Municípios instituir os seguintes impostos:

a) ICMS, e ITCMD.

b) IR e ITR.

c) IPTU, ITBI e ISS.

d) Somente o IPTU.

19. Conforme estabelece o Código Tributário Nacional, a isenção:

a) É modalidade de extinção do crédito tributário.

b) É modalidade de exclusão do crédito tributário.

c) É modalidade de criação do crédito tributário.

d) É modalidade de majoração do crédito tributário;

20. O Código Tributário Nacional estabelece que o prazo prescricional do crédito tributário é de:

a) 2 anos.

b) 10 anos.

c) 15 anos.

d) 5 anos.



